

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax: +251115- 517844
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Segunda Sessão Ordinária
21 – 25 de Janeiro de 2013
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/769(XXII)
Original: Inglês

RELATÓRIO DA TERCEIRA SESSÃO DA CONFERÊNCIA DA
UA DOS MINISTROS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RELATÓRIO DA TERCEIRA SESSÃO DA CONFERÊNCIA DA UA
DOS MINISTROS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INTRODUÇÃO

1. A Terceira Sessão da Conferência da UA dos Ministros do Desenvolvimento Social foi realizada em Adis Abeba, República Federal Democrática da Etiópia, de 26 a 30 de Novembro de 2012. A Conferência foi convocada em cumprimento da implementação da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec. 625 (XVIII) de Janeiro de 2011.

2. A Conferência enquadra-se no âmbito do Pilar Estratégico II do Plano Estratégico da CUA para 2009-2012: Desenvolvimento, Integração e Cooperação, e em particular, fez avançar os princípios do Acto Constitutivo da UA, ou seja, promoção do desenvolvimento sustentável e elevar os padrões de vida dos povos africanos no quadro dos vários instrumentos relacionados com o desenvolvimento social adoptados pela União Africana.

3. O objectivo principal da Conferência foi o de considerar as componentes da Arquitectura de Deficiência da União Africana, que compreende as componentes jurídicas, de programas e institucional, a fim de melhorar a vida das pessoas portadoras de deficiência no Continente. Foram igualmente analisadas medidas para abordar o bem-estar das crianças e famílias em África, bem como medidas para facilitar a implementação do Quadro da Política Social para África.

4. A Conferência foi realizada a nível de Peritos e Ministerial e participaram Ministros e Peritos dos Estados-membros da UA, bem como Representantes de Agências da ONU, Organizações da Sociedade Civil e outras Organizações Internacionais e Regionais que tratam de questões de desenvolvimento social.

5. Os principais resultados da Conferência foram:

- O Plano de Acção Continental Africano sobre a Década das Pessoas portadoras de Deficiência (2010-2019);
- A Arquitectura de Deficiência da União Africana;
- O Relatório sobre o Estado da Criança Africana de 2012;
- A Posição Comum Africana em preparação para o 20º Aniversário do Ano Internacional da Família em 2014; e
- A Posição Comum Africana sobre os Direitos das Pessoas Idosas em África.

6. O Relatório da Reunião Ministerial será apresentado para aprovação pelo Conselho Executivo.

EX.CL/769 (XXII)

**RELATÓRIO DA TERCEIRA SESSÃO DA CONFERÊNCIA DA UNIÃO
AFRICANA DOS MINISTROS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
26-30 DE NOVEMBRO DE 2012
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

SA8701

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA. P. O. Box 3243 Tel : +251 11 551 77 00 Fax: +251 11 551 78 44

**TERCEIRA SESSÃO DA CONFERÊNCIA
DA UNIÃO AFRICANA DOS MINISTROS
DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ADIS ABEBA, ETIÓPIA
26-30 DE NOVEMBRO DE 2012**

CAMSD/MIN/Rpt(III)

**TEMA: *PROMOÇÃO DOS DIREITOS E BEM-ESTAR DAS PESSOAS
PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA***

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS DA TERCEIRA SESSÃO DA
CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
ADIS ABEBA, ETIÓPIA, 26-30 DE NOVEMBRO DE 2012**

INTRODUÇÃO

1. A Reunião dos Ministros da Terceira Sessão da Conferência da União Africana dos Ministros do Desenvolvimento Social (CAMSD3) foi realizada no Novo Centro de Conferências da Comissão da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, a 29 e 30 de Novembro de 2012. O tema da Conferência foi "Promoção dos Direitos e Bem-estar das Pessoas Portadoras de Deficiência."

PARTICIPAÇÃO

2. Participaram na Reunião Ministerial delegados dos seguintes Estados-membros da UA: *Argélia, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-africana, Congo, Cote d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibouti, Egipto, Etiópia, Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Líbia, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, República Árabe Saharauí, Senegal, África do Sul, Sudão, Suazilândia, Togo, Tunísia, Zâmbia e Zimbabwe.*

3. Fizeram-se representar as seguintes Organizações Intergovernamentais e Não-governamentais bem como parceiros da cooperação: *Centro Africano da Investigação Aplicada e Formação em Desenvolvimento Social (ACARTSOD), Governo dos Estados Unidos da América, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência, Plataforma Africana para a Protecção Social (APSP), Instituto Africano de Reabilitação (ARI), GIZ, HelpAge International, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Gabinete da Diplomacia Internacional (OID), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).*

4. A lista completa dos participantes constitui o Anexo 1.

Ponto 1 da Agenda: ABERTURA

5. O Presidente cessante, S.E. Ibrahim Adam Ibrahim, Ministro dos Assuntos Sociais e Segurança Social do Sudão, saudou os Ministros presentes e referiu-se às actividades dos dois últimos anos, realizadas pela Comissão da UA em conjunto com os Estados-membros, tendo manifestado apreço a todos, por terem colocado as questões sociais firmemente na agenda do Continente. O Ministro expressou o desejo de que a reestruturação do ARI seja concluída em breve e apresentou a oferta do Sudão de acolher a sede do Secretariado da instituição sucessora do ARI. O Ministro informou a reunião sobre as realizações do seu país no tocante à implementação dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e os direitos da criança.

6. Na sua alocução dirigida aos Ministros, o Relator Especial das Nações Unidas para a questão da Deficiência, Sr. Shuaib Chalklen, informou à reunião que o seu mandato centrava-se nos Regulamentos Padrão das NU e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência e que ele encoraja os Estados-membros a ratificarem esses instrumentos. É igualmente um catalisador para a cooperação internacional, em conformidade com o artigo 32º da Convenção das

Nações Unidas. O Relator Especial destacou particularmente as pessoas vulneráveis portadoras de deficiência, tais como crianças em países em conflito, pessoas com deficiência psicossocial, porque estes últimos não têm nenhum ou têm muito pouco acesso à educação e emprego. O Sr. Chalklen referiu-se à reunião de alto nível das Nações Unidas sobre a deficiência que decorrerá a 23 de Setembro de 2013 em Nova Iorque. Incentiva os Estados-membros a apresentarem as suas recomendações para essa reunião e mencionou que ela também trará subsídios para a agenda de desenvolvimento pós-2015 para a inclusão das pessoas portadoras de deficiência. O Relator especial ainda informou a reunião sobre a criação do Fórum Africano sobre a Deficiência que se centrará na investigação, organizações da sociedade civil, formação de quadros e implementação do Plano de Acção Continental sobre a Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência.

7. Na sua alocução introdutória, o Comissário para os Assuntos Sociais em exercício, S.E. Prof. Jean Pierre Onvehoun Ezin mencionou que há falta generalizada de dados sobre a deficiência confiáveis em muitos Estados-membros da UA, o que dificulta os esforços no sentido da documentação das relações entre a pobreza, exclusão social e deficiência. Isso tem levado à falta de consciência dos políticos e decisores quanto aos laços intrínsecos que existem entre a redução da pobreza e a promoção da igualdade de oportunidades de participação das pessoas portadoras de deficiência nos contextos do desenvolvimento. Como resultado, a dimensão da deficiência não tem constado das estratégias de desenvolvimento social geral e redução da pobreza em muitos países africanos. O Comissário assegurou que chegou o momento de envolver de igual modo os talentos das pessoas portadoras de deficiência no desenvolvimento das economias e comunidades africanas.

Ponto 2 da Agenda: QUESTÕES DE PROCEDIMENTO

A. Eleição da Mesa

8. Os Peritos elegeram a Mesa da Terceira Conferência da UA dos Ministros do Desenvolvimento Social como se segue:

Presidente:	Egipto (África do Norte)
1º Vice-Presidente:	Nigéria (África Ocidental)
2º Vice-Presidente:	Gabão (África Central)
3º Vice-Presidente:	Suazilândia (África Austral)
Relator:	Djibuti (África Oriental)

9. O Comité de Redacção foi formado pelo Relator da Reunião e 3 funcionários do Departamento dos Assuntos Sociais da Comissão da UA.

10. Na ausência do Ministro do Egipto, o Primeiro Vice-Presidente, S.E. Hajiya Zainab Maina, Ministra dos Assuntos da Mulher e Desenvolvimento Social da República Federal da Nigéria, presidiu a reunião.

B. Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

11. A reunião adoptou a agenda e o programa de trabalho constituído por 11 pontos.

Ponto 3 da Agenda: ANÁLISE DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DA UA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DA 2ª CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

12. O Relatório da Comissão da UA sobre a Implementação das Decisões da 2ª Conferência da UA dos Ministros do Desenvolvimento Social, apresentado pela Comissão da UA, resumiu as acções realizadas no tocante à implementação das Decisões Ministeriais sobre a Política Social e Protecção Social, Deficiência, Reestruturação do Instituto Africano de Reabilitação (ARI), Pessoas Idosas, a Família em África e a Aceleração da Implementação do Apelo para Acção Acelerada para uma África Digna para as Crianças. O relatório conclui que, como a integração e coesão social tem de ser conduzida pelo Estado, a 3ª Conferência da UA dos Ministros do Desenvolvimento Social representa uma oportunidade significativa para galvanizar a vontade política em torno do investimento em medidas de política social nos Estados-membros da UA.

13. Os Ministros tomaram nota do relatório, com apreço.

Ponto 4 da Agenda: RESUMO DO RELATÓRIO DAS SESSÕES DO COMITÉ DE PERITOS AFRICANOS SOBRE OS DIREITOS E BEM-ESTAR DA CRIANÇA, DESDE NOVEMBRO DE 2010, TAL COMO APRESENTADO AO CONSELHO EXECUTIVO

14. O relatório das sessões do comité de peritos africanos sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, desde Novembro de 2010, foi apresentado pelo membro do Comité, Sr. Cyprien Adebayo Yanclo, que delineou as actividades realizadas pelo Comité durante o período 2010-2012. Mencionou as actividades relativas à Comunicação, a interpretação de Artigos da Carta, missões de advocacia para a ratificação da Carta, a Comemoração do Dia da Criança Africana, colaboração com outros órgãos da UA e partes interessadas. Os principais desafios do Comité foram pessoal de Secretariado inadequado para apoiar no cumprimento do mandato desse Comité, falta de um orçamento e colaboração inadequada dos Estados Partes. O Botswana e o Burkina Faso manifestaram interesse de sediar o Secretariado. O Sr. Yanclo apelou aos Estados-membros que ainda não ratificaram a Carta e aqueles que ainda não submeteram os seus Relatórios de Estado Parte sobre a implementação para que acelerem os respectivos processos. Igualmente apelou aos Estados-membros a cooperarem activamente com o Comité.

15. A reunião tomou nota do relatório, com apreço.

Ponto 5 da Agenda: RELATÓRIO DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRECTIVO MINISTERIAL DO INSTITUTO AFRICANO DE REABILITAÇÃO (ARI), HARARE, ZIMBABWE, 23-26 DE OUTUBRO DE 2012

16. O Presidente do Conselho Directivo do Instituto Africano de Reabilitação (ARI), S.E. Dr Joseph Katema, Ministro do Desenvolvimento Comunitário, Saúde da Mãe e da Criança da República da Zâmbia, fez a apresentação do relatório da 22ª Sessão Ordinária do Conselho Directivo do ARI. O ministro sublinhou a decisão sobre a reestruturação do Instituto que requer um Secretariado para o novo Instituto para a

Deficiência da União Africana (AUDI) e 5 escritórios regionais para conduzir a implementação do Plano de Acção Continental sobre a Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência (2010-2019) e futuras políticas da UA sobre a deficiência.

17. Após observações iniciais dos Estados-membros e os esclarecimentos da Comissão, o Presidente adiou o debate para quando o mesmo assunto fosse analisado no Relatório da reunião de Peritos.

Ponto 6 da Agenda: INTRODUÇÕES DO PAINEL MINISTERIAL SOBRE A DEFICIÊNCIA

18. Quatro Ministros fizeram a introdução ao debate sobre a deficiência.

19. S.E. Lutfo Dhlamini, Ministro do Trabalho e Segurança Social da Suazilândia, salientou a necessidade de medidas de protecção social para pessoas portadoras de deficiência para ajudá-las a participar plenamente no desenvolvimento. O Ministro afirmou que é bem sabido que a deficiência e a pobreza estão interligadas e evocou medidas fundamentais para diminuir o número de pessoas a empobrecer ou permanecer na pobreza. Além disso, é necessário o acesso pelas pessoas portadoras de deficiência, aos programas de habitação pública, segurança social, programas de protecção social e sua participação na elaboração e revisão dos planos existentes de redução da pobreza.

20. S.E. Romadan Ashenafi, Ministro de Estado do Trabalho e Assuntos Sociais da Etiópia, destacou que o objectivo da Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência (2010-2019) é a plena participação, igualdade e capacitação das pessoas portadoras de deficiência em África. Para atingir esse objectivo, os programas nacionais devem incentivar a plena participação de pessoas portadoras de deficiência no desenvolvimento económico e social. Nesse sentido, os comités nacionais de coordenação sobre a deficiência devem ser reforçados e assegurada a representação efectiva de pessoas portadoras de deficiência e suas organizações. Há igualmente a necessidade de apoiar a prestação de serviços comunitários, em colaboração com as agências de desenvolvimento internacional e devem ser encorajadas atitudes positivas em relação às crianças, juventude, mulheres e adultos portadores de deficiência. Medidas devem ser implementadas para garantir o seu acesso à reabilitação, educação, formação e emprego, bem como as actividades culturais e desportivas e acesso ao ambiente físico.

21. S.E. Paurina Mupariwa, Ministra do Trabalho e Serviços Sociais do Zimbabwe, sublinhou a necessidade de oportunidades de educação, formação e emprego destinados às pessoas portadoras de deficiência. A Ministra sublinhou que os Estados-membros têm que garantir que todos os edifícios públicos e privados do ensino primário e secundário, colégios e universidades e instituições de formação de professores tenham acesso físico para as pessoas portadoras de deficiência; que o curriculum de formação de professores integre todas as categorias de deficiência; e que materiais de ensino e aprendizagem apropriados para essas pessoas sejam elaborados. Com respeito ao desenvolvimento, a Ministra recordou que uma percentagem de pelo menos 5% da força laboral nos sectores público e privado seja composta por pessoas portadoras de deficiência.

22. S.E. Sr. Mamadou Sidibe, Ministro da Acção Humanitária, Solidariedade e Pessoas Idosas do Mali, indicou que, caso se queira alcançar a participação plena das pessoas portadoras de deficiência nas sociedades, devem ser prestados serviços sensíveis ao género, especializados de saúde e reabilitação às pessoas portadoras de deficiência. Quanto aos serviços de saúde, entre outros, um sistema de intervenção prévia ou de referência, deve ser introduzido ou reforçado, para minimizar a ocorrência de deficiência secundária para pessoas portadoras de deficiência. Devem igualmente ser desenvolvidos serviços de planeamento familiar e de saúde reprodutiva sensíveis à deficiência. No que diz respeito a reabilitação, o Ministro incentivou os Estados-membros a conceber e produzir os seus próprios dispositivos de assistência.

23. No debate que se seguiu, os Ministros fizeram as seguintes observações:

- A integração de pessoas portadoras de deficiência na sociedade implica o seu emprego e não só que se estabeleçam num emprego protegido;
- Deve ser colocada ênfase na educação para pessoas portadoras de deficiência
- O desenvolvimento da infância de crianças portadora de deficiência é muito importante
- Unidades para os direitos dos portadores de deficiência devem ser estabelecidas nas instituições de ensino superior
- Serviços de reabilitação de base comunitária para pessoas portadoras de deficiência devem ser instalados
- Cada departamento e órgão da União Africana deve incluir a deficiência nos seus programas
- Deve haver uma maior focalização nas deficiências não visíveis, tais como intelectual, de aprendizagem e psicossocial.

Ponto 7 da Agenda: ANÁLISE DO RELATÓRIO DA REUNIÃO DE PERITOS DA 3ª SASSÃO DA CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA ARQUITECTURA PARA A DEFICIÊNCIA DA UA

24. Quatro relatórios fundamentais foram apreciados neste ponto, designadamente:

- i) O Plano de Acção Continental Revisto sobre a Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência (2010-2019);
- ii) O Projecto da Arquitectura para a Deficiência da União Africana (AUDA);
- iii) O Relatório sobre a Reestruturação do Instituto Africano da Reabilitação (ARI);
- iv) O Protocolo sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência.

Plano de Acção Continental Revisto da Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência (2010-2019)

25. Os Ministros tomaram as seguintes **decisões** relativamente ao **Plano de Acção Continental Revisto da Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência (2010-2019)**

- Que as estatísticas sobre Pessoas Portadoras de Deficiência em África sejam incluídas na secção de antecedentes do Plano de Acção Continental sobre a Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência.
- Que futuros documentos da Conferência de Ministros do Desenvolvimento Social sejam disponibilizados em formato acessível. O Egipto ofereceu-se para ajudar a CUA na produção de documentos em Braille a baixo custo através do seu centro nacional.
- Que os comentários sobre a inclusão de pessoas idosas portadoras de deficiência sejam incorporados no Plano de Acção Continental da Década Africana das Pessoas Portadoras de Deficiência.
- Que a Comissão da União Africana e todos os Estados-membros da União Africana trabalhem no sentido de garantir acesso universal para as pessoas Portadoras de Deficiência. Os Estados-membros devem, portanto, respeitar as Convenções Internacionais sobre o acesso Universal. Isso inclui o acesso às TIC, ao transporte público, infra-estruturas, edifícios, etc.

Projecto de Arquitectura para a Deficiência da União Africana (AUDA)

26. Ao apreciar o **Projecto de Arquitectura para a Deficiência da União Africana (AUDA)**, os Ministros adoptaram as seguintes **decisões**

- O documento da AUDA deve ser enriquecido com comentários dos debates.
- O Departamento dos Assuntos Sociais da CUA deve integrar as áreas temáticas respectivas do Plano de Acção Continental no trabalho dos demais departamentos da Comissão.

Relatório sobre a Reestruturação do Instituto Africano da Reabilitação (ARI)

27. A Reunião dos Ministros da CAMSD3 apreciou o relatório e tomou as seguintes **decisões**:

- Que o Instituto Africano de Reabilitação seja dissolvido nos termos do Artigo XVII desse Acordo;
- Que seja nomeada um Comité para tratar da liquidação dos activos do ARI, cujos termos de referência incluam igualmente a elaboração de um novo Estatuto para o novo Instituto/Escritório Especializado da CUA. O Comité seja constituído pela Zâmbia como Presidente, Togo como Vice-Presidente, Quénia como Relator, Malawi como Vice-Relator e o Zimbabwe na qualidade de membro, a República do Congo para representar a região

da África Central e um membro para representar a África do Norte, a ser cooptado;

- Que o Comité prepare um Relatório sobre a Dissolução do ARI destinado à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, através do Conselho Executivo, para aprovação da dissolução do ARI, nos termos desse Acordo;
- Que a Comissão da UA disponibilize um director provisório para gerir a cessação dos contratos com o pessoal do ARI, incluindo as dívidas a serem pagas ao pessoal bem como as recuperações a serem feitas, conforme recomendado pelo Conselho Directivo do ARI;
- Que os Estados-membros do ARI paguem as suas dívidas em atraso das suas contribuições estatutárias dos últimos quatro (4) anos ao ARI para cobrir as despesas relacionadas com a liquidação do Instituto.

Protocolo sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência

28. Os Ministros **decidiram** que:

- O Grupo de Trabalho da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos conclua o projecto do Protocolo sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência para adopção em 2014;
- O projecto de Protocolo seja remetido aos Estados-membros;
- O Protocolo seja submetido para consideração da próxima sessão da Conferência da UA dos Ministros do Desenvolvimento Social;
- Pessoas portadoras de deficiência sejam consultadas na elaboração do Protocolo.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS AFRICANAS

29. Dois relatórios foram apresentados neste ponto da agenda, designadamente:

- i. Relatório sobre a situação da Criança Africana para 2012;
- ii. Relatório do Terceiro Fórum Africano sobre a Criança.

30. Após a apreciação dos dois relatórios, a Reunião dos Ministros adoptou as seguintes **decisões**:

- A definição de deficiência no Relatório sobre a situação da Criança Africana para 2012 seja revista, bem como a terminologia, por exemplo, “criança deficiente”, substituída por “criança portadora de deficiência”.
- O Relatório Mundial sobre a Deficiência deve ser reconhecido no Relatório sobre a Situação da Criança Africana para 2012;
- O papel dos Governos deve ser especificado com mais clareza bem como o das famílias, não rejeitem crianças portadoras de deficiência;
- Crianças que vivem em situações de conflito devem constar de forma mais explícita no relatório sobre a Situação da Criança Africana;
- Devem haver disposições claras nos planos de emergência para a retirada de crianças portadoras de deficiência em situações de calamidades humanas e naturais;

- Há a necessidade de dar maior ênfase sobre a criança rapariga portadora de deficiência no Relatório sobre a Situação da Criança Africana, uma vez estar mais sujeita à exploração sexual e é marginalizada nas oportunidades educativas;
- Em ambos os relatórios, as estatísticas do Continente sobre a Deficiência devem ser espelhadas;
- A Criança portadora de deficiência deve ser claramente identificada como uma área prioritária do Apelo Renovado;
- O Apelo Renovado, bem como o Relatório sobre a Situação da Criança Africana para 2012, devem mencionar a criança-chefe de família e programas de apoio a esses chefes de família devem ser desenvolvidos e implementados;
- O Relatório sobre a Situação da Criança Africana deve ser impresso para distribuição alargada, após a inclusão das contribuições da reunião.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO QUADRO DA POLÍTICA SOCIAL PARA ÁFRICA

31. Foram preparados dois (2) trabalhos sob este ponto de agenda, nomeadamente:
- a) O documento sobre medidas de protecção social para grupos vulneráveis nos Estados-membros; e
 - b) Relatório sobre a Formação de Analistas de Políticas Sociais dos Estados-membros.

Documento sobre medidas de Protecção Social para grupos vulneráveis nos Estados-membros

32. Após a apreciação do documento, os Ministros tomaram as seguintes **decisões**:
- Como Estados-Membros ainda consideram as questões de desenvolvimento humano e social como desenvolvimento secundário e desenvolvimento económico mais importante, apesar da interligação das duas componentes;
 - Que os Ministérios que lidam com o desenvolvimento social devem orientar a agenda política para ter um plano de desenvolvimento social sólido que reúne conhecimentos técnicos e da agenda política dos Estados-membros
 - Que os Ministros dos Estados-membros que trabalham em Desenvolvimento Social se reúnam a nível regional para debaterem questões de desenvolvimento social entre os dois anos das reuniões Ministeriais da UA;
 - Que a Comissão da UA se envolva com as CER na implementação do SPF para a sua adaptação a níveis regionais;
 - Que os desafios tratados a nível nacional podem dificultar a implementação de programas de protecção social; limitadas disposições orçamentais podem causar restrições, no entanto, a gestão dos recursos de forma transparente também devem merecer prioridade;
 - Que os programas de protecção social sejam suportados principalmente por financiamento de Estados-membros e não ser dependente de financiamento dos doadores;

- Que as disposições de protecção social para recurso dos pobres na agenda de desenvolvimento pós-2015;
- Que sejam desenvolvidas as capacidades e habilidades para implementar medidas sociais de protecção através de formação acelerada de trabalhadores sociais a nível nacional e que sejam melhoradas facilidades dos trabalhadores sociais;
- Que a CUA desenvolva indicadores para medir o nível de protecção social de que gozam os grupos vulneráveis nos Estados-membros.

Relatório sobre a Formação de Analistas de Políticas Sociais dos Estados-membros

33. Relativamente ao Relatório, os Ministros **decidiram** o seguinte:

- Que a CUA ofereça regularmente mais formação sobre a formação de analistas de políticas para os peritos dos Estados-membros. Das 5 regiões;
- Que os Estados-membros e a CUA intensifiquem as oportunidades e facilidades de formação de analistas de políticas sociais

O Projecto da Posição Comum Africana na preparação do 20º Aniversário do Ano Internacional da Família, 2014

34. A reunião adoptou as seguintes **decisões** sobre a posição comum:

- Que o projecto da posição comum africana em preparação do 20º aniversário do ano internacional da família, 2014 seja adoptado e encaminhado para o Grupo Africano em Nova Iorque para apresentação à Comissão da ONU sobre o Desenvolvimento Social;
- Que os Estados-membros sejam solicitados a voltar a comprometer-se com a implementação do Plano de Acção da UA sobre a Família;
- Que em 2014, os Estados-membros implementem programas sociais para o fortalecimento das famílias.

PROJECTO DA POSIÇÃO COMUM AFRICANA SOBRE OS DIREITOS DOS IDOSOS EM ÁFRICA

35. Na sequência dos debates a reunião **decidiu**:

- Que as questões dos idosos portadores de deficiência sejam claramente destacadas na Posição Comum Africana sobre os direitos dos idosos;
- Que as organizações da sociedade civil também sejam incluídas nas próximas delegações dos Grupos de Trabalho Abertos da ONU em Nova Iorque;
- Que dados nacionais sobre os idosos sejam reunidos e desagregados por idade, género e deficiência;
- Que o papel das Organizações da Sociedade Civil seja definido mais claramente no projecto da posição comum;
- Que o projecto da posição comum africana sobre direitos das pessoas idosas em África seja adoptado com emendas da reunião e enviado ao

Grupo Africano em Nova Iorque para apresentação à Comissão de Desenvolvimento Social da ONU;

- O acesso aos serviços de saúde para o tratamento de HIV e outras doenças transmissíveis e não transmissíveis destinado a pessoas idosas seja melhorado.

Ponto 8 da Agenda: DATA E LOCAL DA 4ª CAMSD

36. A República da Guiné ofereceu-se para acolher a 4ª Sessão da Conferência de Ministros do Desenvolvimento Social da UA. A data da Conferência em 2014 será decidida entre a Comissão da UA e o país anfitrião.

Ponto 9 da Agenda: DIVERSOS

37. Nenhum assunto foi agendado no ponto Diversos.

Ponto 10 da Agenda: ADOÇÃO DO RELATÓRIO DOS MINISTROS DA 3ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

38. Os Ministros adoptaram o respectivo relatório com emendas a serem incorporadas pela Comissão da UA.

Ponto 11 da Agenda: ENCERRAMENTO

39. O 2º Vice-Presidente da reunião dos Ministros, S.E. Nzet Biteghe do Gabão, agradeceu os Ministros pelas contribuições construtivas e a Comissão da UA pelo seu apoio técnico que fizeram da reunião um sucesso.

40. A reunião foi assim encerrada.

2013

Report of the 3rd session of the AU conference of ministers of social development (Camsd-3), Addis Ababa, Ethiopia, 26 – 30 November 2012

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4313>

Downloaded from African Union Common Repository